

# POLÍTICAS PÚBLICAS, NEOLIBERALISMO E DEMOCRACIA

**SUBMISSÃO:** Até 31/01/2021 | **PREVISÃO DE PUBLICAÇÃO:** Setembro/2021\*

**EDITORES CONVIDADOS:** **Alfredo Saad-Filho** (King's College London, Londres, Reino Unido), **Cristiane Kerches da Silva Leite** (EACH-USP, São Paulo, Brasil), **Daniel Pereira Andrade** (FGV EAESP, São Paulo, Brasil), **Francisco Fonseca** (FGV EAESP e PUC-SP, São Paulo, Brasil)

## PROPÓSITO DO NÚMERO ESPECIAL

A relação entre políticas públicas, neoliberalismo e democracia não é nova, ora entrando em tensão, ora se combinando de maneiras variadas. Verifica-se historicamente desde as primeiras décadas do século XX, nos anos 1980/90, reincidindo no início deste século de forma exponencial, agora associada a claros elementos autoritários. Em pleno processo de institucionalização de Estados de Bem-Estar Social e hegemonia do keynesianismo (Hirschman 1996), em vários países circulavam ideias de partidários do modelo de mercado e críticos do planejamento estatal centralizado (Dardot e Laval 2016; Andrade 2019b). A partir dos anos 1970, em cenário internacional, o neoliberalismo transbordou e se espalhou às diversas esferas sociais, forjando-as como sociedades ancoradas em seus princípios (Dardot e Laval 2016; Duménil e Lévi 2014). Passou a predominar assim uma racionalidade política (hayekiana) que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modelo de subjetivação (Dardot e Laval 2016: 17).

Indivíduos e governos são marcados pela expansão e generalização da “forma-empresa”, que toma corações e mentes em todos os níveis de sociabilidade, implicando o “capitalismo neoliberal” (Saad Filho e Johnston 2005). A racionalidade neoliberal se articula a novos processos produtivos advindos da quarta revolução industrial, uma vez que fundamentalmente pressionam à individualização e precarização das relações de trabalho e sociais, ao esvaziamento do Estado como garantidor de direitos civilizatórios básicos e à privatização das mais distintas esferas da vida em sociedade (Antunes 2018).

No Brasil, a primeira grande onda neoliberal dos anos 1990 tensionou a lógica da redemocratização, marcada pela inédita ampliação do arcabouço de direitos civis, políticos e sociais na esteira da Constituição de 1988. A partir dos anos 1990 ocorreram “confluências perversas” da lógica neoliberal com formas de participação democrática e com políticas sociais, dando origem a combinações variadas e resultados distintos de políticas e processos sociais (Dagnino 2002). Mais recentemente, o neoliberalismo se radicalizou e aprofundou suas reformas, engendrando novas estratégias e instrumentos (Andrade, 2019a). Sob Bolsonaro (preedido por Temer), mescla-se o legado ultraliberal (Macpherson 1979; Fonseca, 2005) herdado da experiência chilena com um pacote de valores conservadores, pré-iluministas e anticientíficos. Trata-se do hibridismo neoliberal (Ong 2006; Peck 2010; Gago 2018) à brasileira, que transcorre desde 2016.

As políticas públicas foram as primeiras estruturas atingidas em sua dimensão constitucional. A desconstitucionalização tem sido a estratégia de desconfiguração do Estado de Bem-Estar bra-

sileiro – no contexto da derrogação do caráter (neo)desenvolvimentista do modelo econômico/social –, sinalizado no documento “Uma Ponte para o Futuro”, do PMDB, publicado em 2015, que apontou para a agenda desestruturante do pacto de 1988: reforma trabalhista ampla e profunda, teto dos gastos sociais, reforma previdenciária (Fagnani 2017; Rossi, Dweck e Oliveira 2018; Leite e Fonseca 2018), terceirização irrestrita, privatização, desnacionalização e desindustrialização, entre inúmeras outras propostas e ações em desenvolvimento.

Tanto as políticas públicas como os avanços democráticos na gestão pública vêm, desde então, sofrendo grande retrocesso nos fóruns de participação e nas mais distintas áreas sociais e econômicas, com efeitos drásticos dos cortes nos gastos públicos. Trata-se de metamorfose profunda de estruturas civilizatórias construídas secularmente num país em que se naturalizou todo tipo de desigualdades, privilégios e violências (Schwarcz 2019).

Na gestão pública, igualmente métricas e parâmetros privados, assim como políticas públicas ostensivamente terceirizadas e contratualizadas com o setor privado, sistematicamente tem retirado a essência pública do Estado, cada vez mais moldado à lógica do “governo empresarial” (Dardot e Laval 2016). Todos esses processos corroem estruturalmente o Estado de Direito Democrático e o Estado de Bem-Estar Social, notadamente as políticas públicas.

Este fórum pretende provocar reflexão no campo da administração pública, das políticas públicas e das perspectivas democráticas sobre essa problemática contemporânea, que se configura como conjuntura crítica e que se encontra em plena vigência.

A pandemia da Covid-19 vem desvelando desigualdades e aprofundando a necropolítica (Mbembe 2018), que se impõe aos historicamente destituídos de direitos. Contudo, os limites do “capitalismo neoliberal” também se sobressaem com a pandemia, com efeitos distintos e mesmo contraditórios nas políticas públicas, no neoliberalismo e na democracia. **Portanto, são bem-vindos trabalhos que discutam, com abordagens distintas, configurações dessa tríade conceitual, tais como:**

- Impactos do modo de produção capitalista contemporâneo nas políticas públicas e na gestão pública;
- Precarização das relações de trabalho e sua relação com as políticas públicas;
- As novas estratégias da racionalidade neoliberal;
- Configurações híbridas do Estado e das políticas sociais no Brasil;
- Esvaziamento e desmonte da democracia perante o avanço neoliberal;
- Processos de desconstrução de arranjos institucionais e relacionais de políticas sociais, em diferentes níveis de governo;
- Gestão pública e neoliberalismo no século XXI (Brasil e/ou perspectiva comparada);
- Papel da mídia e think tanks na legitimação da versão híbrida de neoliberalismo no Brasil e na América Latina;
- “A Teologia da Prosperidade” e a racionalidade neoliberal;
- Experiências internacionais, nacionais e locais de resistência aos efeitos do neoliberalismo (gentrificação, uberização, precarização etc.);
- Autoritarismos e vetos à democracia participativa no Estado e na implementação de políticas públicas;
- Movimentos sociais, ativismo institucional e resistências sociais;
- Processos de resistência ao neoliberalismo em instituições governamentais;
- A crise da pandemia e seus impactos às políticas públicas;
- Neoliberalismo e necropolítica.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. *Novos Estudos Cebrap*, vol. 38, n. 1, 2019a.

ANDRADE, D. P. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. *Soc. estado.*, Brasília, v. 34, n. 1, p. 211-239, jan. 2019b.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

CAHILL, D. et. al. (ed.) *The SAGE Handbook of Neoliberalism*. London: Sage, 2018.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: o dilema da confluência perversa. *Política e Sociedade*, n. 5, 2002.

DARDOT, P. e LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. *A crise do neoliberalismo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

FAGNANI, E. O fim do breve ciclo da cidadania social no Brasil (1988-2015). Texto para discussão 308, Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, junho de 2017.

FONSECA, F. O consenso forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo, Hucitec, 2005.

GAGO, V. *A razão neoliberal: economias barocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante: 2018.

HIRSCHMAN, A. *Auto-subversão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

MACPHERSON, C. B. *A teoria política do individualismo possessivo – de Hobbes e Locke*. São Paulo: Paz & Terra, 1979.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

ONG, A. *Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty*. Durham/ London: Duke University Press, 2006.

PECK, J. *Constructions of neoliberal reason*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

ROSSI, P.; DWECK, E.; OLIVEIRA, A. L. M. *Economia para poucos: impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAAD-FILHO, A.; MORAIS, L. (eds.) *Brasil: neoliberalismo x democracia*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. (eds.) *2005 Neoliberalism: A Critical Reader*. London: Pluto Press, 2005.

### SUBMISSÃO:

Os trabalhos submetidos não devem ter sido publicados, aceitos para publicação ou estar sob consideração para publicação em outra revista. Para ser elegível para revisão, o artigo deve seguir as Diretrizes para Autores dos CGPC. Os trabalhos devem ser escritos em português, inglês ou espanhol.

**A submissão deve ser feita através do OJS: [fgv.br/cgpc](http://fgv.br/cgpc).**

Artigos adequados serão submetidos ao processo de avaliação por pares.

Em caso de dúvidas, entre em contato com: [criskerches@gmail.com](mailto:criskerches@gmail.com)

### SOBRE OS CGPC:

A revista **Cadernos Gestão Pública e Cidadania** é publicada exclusivamente on-line, em acesso aberto e usa o Open Journal Systems (OJS) no processo de submissão, avaliação duplo-cega e publicação do periódico. **CGPC** não praticam taxa de submissão e publicação de artigo (APC-Author Processing Charge).

### INDEXADORES E DIRETÓRIOS

